

Governo vai rever programas

BRASÍLIA — As alterações introduzidas pelo Congresso na proposta original do orçamento, preparada pela Seplan, obrigarão o governo a rever vários programas, porque recursos que estavam destinados a um projeto foram desviados para outras atividades, contrariando, em alguns casos, dispositivos da nova Constituição. O projeto de amortização das dívidas da Siderbrás, por exemplo, está comprometido, na medida em que Czs 46,4 bilhões, que o governo pretendia usar para esse fim, serão usados na modernização dos transportes ferroviários de Natal, Recife e outros.

A agricultura deixará de receber Czs 30,9 bilhões, o que comprometerá os programas de financiamento de comercialização da safra e de custeio da safra de inverno, atingindo principalmente a lavoura de trigo. Para cada emenda dos parlamentares o governo apresentou um destaque, mas só nos casos

em que elas contrariavam os seus interesses. Permaneceu inalterada, por exemplo, a emenda que concedeu mais US\$ 5 bilhões para a Ferrovia Nordeste-Sul.

O mesmo tratamento não teve a Ferrovia Transnorddestina, de interesse dos governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, Tasso Jereissatti, do Ceará, e Waldir Pires, da Bahia. A emenda que previa a destinação de Czs 5 bilhões para a obra foi condenada pelo governo, porque o artigo 166 da Constituição não permite criar novas despesas. Enquadrou-se no mesmo caso a emenda que previa a retirada de Czs 2,5 bilhões da participação da União no capital da Cia. Florestal Monte Dourado para que fossem aplicados na modernização do transporte ferroviário de São Paulo.

Embora tenha aceito a emenda que destinou mais recursos para a Ferrovia Nordeste-Sul, o governo apresentou

destaques para todas as propostas que representavam investimentos na modernização dos transportes ferroviários urbanos, a exemplo de Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Natal e Rio de Janeiro. O governo criticou, também, todas as transferências de recursos que significarão o comprometimento do programa de uniformização do preço do açúcar e do álcool, num total de Czs 105,3 bilhões.

Segundo alguns técnicos da Seplan que participaram dos estudos de elaboração do orçamento, os parlamentares foram obrigados a alterar as destinações de vários recursos, para permitir que os estados e municípios paguem uma quantia muito menor de suas dívidas externas, ao contrário do que constava nos planos do governo federal. Os estados deveriam pagar Czs 552 bilhões em 1989, mas esses recursos foram reduzidos para Czs 172 bilhões.